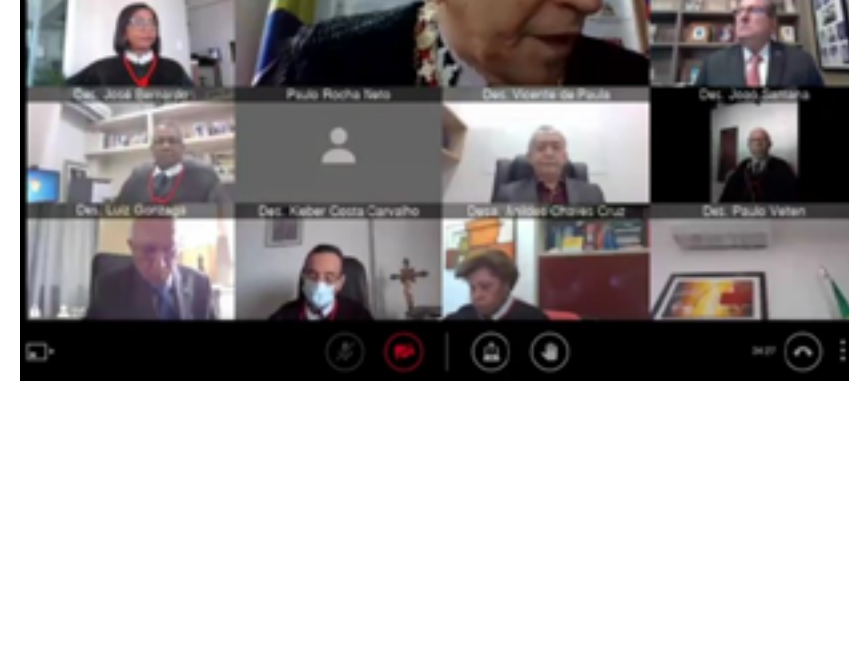




INFORMATIVO NUGEP  
Poder Judiciário do Maranhão  
Ano II - Edição N° 02

### NUGEPNAC vai aprimorar gestão de precedentes e ações coletivas



O TJMA está concluindo a estruturação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC), que funcionará junto ao NUGEP. Denominado NUGEPNAC, o Núcleo tem a finalidade de promover e fortalecer a gestão de ações coletivas, precedentes qualificados, processos sobrestados, demandas repetitivas e incidentes de assunção de competência.



### TJMA avançou na resolução de precedentes em 2020

A gestão dos precedentes qualificados na Justiça maranhense foi aprimorada e apresentou bons resultados no ano de 2020. A atuação eficiente possibilitou o julgamento dos IRDRs pendentes, firmando entendimento sobre matérias relevantes. Apenas a 1ª Tese, do Tema 5 (empréstimos consignados), segue pendente de julgamento de Recurso Especial (REsp N° 1.846.649 – Tema 1061/STJ).

#### IRDRs que podem ser aplicados

Empréstimos consignados.

Honorários sucumbenciais na execução individual.

No final de 2020, a Corte maranhense admitiu e julgou mais um Incidente de Assunção de Competência (IAC N°: 0813876-38.2020.8.10.0000), sobre “Repasse de verbas públicas referentes ao ICMS”.

### Perspectivas para 2021

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia o ano de 2021 com um acervo de 7 IRDRs e 3 IACs firmados. Novos precedentes admitidos no ano passado seguem em fase de tramitação e aguardam julgamento pela Corte:

#### • Incidentes em fase de admissão

No TJMA existem três demandas para instauração de incidentes em fase de admissão. Dois deles tratam de IRDRs, enquanto o terceiro é relativo a um IAC.

IRDR N° 0809672-48.2020.8.10.0000

Dano moral *in re ipsa* na cobrança de tarifas bancárias.

IRDR N° 0810603-51.2020.8.10.0000

Diferenças de valores em contas bancárias vinculadas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

IAC N° 0813969-98.2020.8.10.0000

Legalidade de contrato de prestação de serviços firmados entre escritório de advocacia e prefeitura, visando à recuperação de valores do FUNDEF/FUNDEB não repassados.

### Cortes superiores e reflexos na Justiça estadual

São vários os temas do STF e STJ que afetaram ações no TJMA. Alguns merecem destaque, devido ao sobrestamento de relevante quantidade de processos.

#### Temas com teses firmadas no STF mérito ou trânsito em julgado

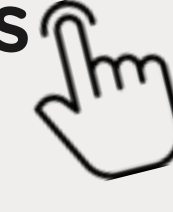
RE 948.634 – mérito julgado

RE 870.947 – trânsito em julgado

RE 852.475 – trânsito em julgado

RE 960.429 – mérito julgado

**CLIQUE NOS TEMAS E SAIBA MAIS**



RE 827.996 – mérito julgado

#### Temas com Repercussão Geral admitida no STF

(RE 566.471)

(RE 626.307)

(RE 591.797)

(RE 632.212)

(RE 684.612)

**CLIQUE NOS TEMAS E SAIBA MAIS**



#### Temas com teses firmadas no STJ

##### TEMA 1

Anuência do devedor para substituição do polo ativo em ação de execução.

REsp 1.091.443/SP – trânsito em julgado

##### TEMA 958

Cobrança, em contratos bancários, de despesas com serviços terceirizados, registro de contrato e/ou avaliação do bem.

REsp 1.578.553/SP – trânsito em julgado

##### TEMA 971

Inversão, em desfavor da construtora, da cláusula penal estipulada exclusivamente para o adquirente, nos casos de inadimplemento da construtora em imóvel em construção.

REsp 1.614.721/DF – trânsito em julgado  
REsp 1.631.485/DF – trânsito em julgado

##### TEMA 1003

Termo inicial para correção monetária no ressarcimento de créditos tributários.

REsp 1.767.945/PR – trânsito em julgado

##### TEMA 5

Prescrição da pretensão de militares inativos da PMRS a benefícios concedidos pela LC N° 10.990/97.

REsp 1.073.976/RS – trânsito em julgado

##### TEMA 970

Cumulação da indenização por lucros cessantes, nos casos de inadimplemento do vendedor por atraso na entrega de imóvel em construção.

REsp 1.635.428/SC e REsp 1.498.484/DF – trânsito em julgado

##### TEMA 972

Controvérsia em contratos bancários sobre tarifa de inclusão de gravame eletrônico; cobrança de seguro de proteção financeira; descaracterização da mora de decorrência da invalidade de alguma das cobranças anteriores.

REsp 1.639.320/SP e REsp 1.639.259/SP – trânsito em julgado

### Caso específico

No fim de 2020, o Pleno do STF reviu o Tema 493 para constar que “Não possui repercussão geral a discussão acerca da constitucionalidade da progressão funcional prevista na Lei 6.110/94 do Estado do Maranhão”.

